

**DESENVOLVIMENTO E CAPITAL AGRÁRIO EM GOIÁS****Carlos Alberto Francisco de Sousa<sup>1(PG)\*</sup>, Glauber Lopes Xavier<sup>2(PQ)</sup>**

1. Mestrando em Ciências Sociais e Humanidades no programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (PPG-TECCER) da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Câmpus de Ciências Socioeconômicas e Humanas (CCSEH). E-mail: carlos\_alberto\_09@hotmail.com. Bolsista de pós-graduação pela Universidade Estadual de Goiás.
2. Professor Doutor no programa Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Câmpus de Ciências Socioeconômicas e Humanas (CCSEH).

**Resumo:** A teoria da dependência procura explicar as novas características do desenvolvimento dependente, especialmente o que surgiu na América Latina nos anos de 1960. A teoria do padrão de reprodução do capital parte da teoria marxista da dependência. A categoria de padrão de reprodução do capital surge para analisar as formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos em territórios determinados, seja no centro, na semiperiferia ou na periferia, e também no interior dessas. É importante destacar que o padrão de reprodução do capital se dá de forma histórica, assim em cada momento da história ele se apresenta com especificidades. Tendo como ponto de partida a teoria marxista da dependência e considerando a noção de padrão de reprodução do capital, procura investigar a economia goiana e verificar de que forma a teoria marxista da dependência, em específico a noção de padrão de reprodução do capital, contribui para entender o processo de desenvolvimento econômico. Para tanto, será realizada pesquisa bibliográfica e documental para identificar os fatores que determinam o desenvolvimento do estado de Goiás. O método utilizado na pesquisa será o materialismo histórico dialético.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento econômico. Padrão de reprodução do capital. Teoria marxista da dependência.

## Introdução

No campo da teoria marxista da dependência, Ruy Mauro Marini, foi o responsável pela perspectiva do padrão de reprodução do capital. Essa perspectiva ganha força com os escritos de Jaime Osorio (FERREIRA; LUCE, 2012)

Ferreira e Luce (2012) apontam que faltava uma proposta teórica que tivesse como base a teoria do valor de Marx sendo capaz de englobar os ciclos do capital e o processo de reprodução através do tempo sem fazer concessões a abordagens teóricas que não levassem em conta a luta de classe como parte fundamental do processo social.

Este trabalho procura verificar como se dá o processo de desenvolvimento econômico em Goiás tendo como perspectiva a noção de padrão de reprodução do capital. Em específico procura demonstrar como o capital agrícola colabora para a

acumulação de capital no estado. Também investigar as relações de dependência da economia goiana com os outros mercados, seja com o centro dinâmico brasileiro ou dos mercados no exterior.

Deste modo discutir o caráter histórico e conceitual da Teoria Marxista da Dependência (TMD) demonstrará de que forma ela contribuiu para a investigar o objeto, nesse sentido a categoria de padrão de reprodução do capital para entender a economia goiana é de suma importância. Permite investigar com a exploração agrícola favorece a acumulação de capital na economia goiana em consonância com os estímulos da divisão internacional do trabalho.

## Material e Métodos

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental para identificar os fatores que determinam o desenvolvimento na região. O método utilizado na pesquisa foi o materialismo histórico dialético por entender que não é possível investigar o objeto fora das suas bases reais-concretas, bem como o entender sem levar em consideração suas especificidades históricas.

Os dados coletados através de pesquisa bibliográfica em livros, revistas científicas, artigos, teses e dissertações que contenham informações relevantes ao assunto. Também serão utilizados dados publicados por instituições de pesquisa como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Mauro Borges (IMB), Banco Central do Brasil (BACEN), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Superintendência de Estatísticas, Pesquisa e Informações Socioeconômicas (SEPIN), Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG), entre outros. Estes dados receberão tratamento qualitativo e quantitativo e organizados em tabelas e quadros organizados a partir de planilhas eletrônicas e/ou gráficos elaborados no Microsoft Office Excel. Tomaremos o cuidado de utilizar-se desses dados para complementar e apoiar a interpretação teórica do trabalho.

## Resultados e Discussão

Nos anos de 1960 e 1970 o tema da dependência foi discutido por diversos intelectuais e militantes de diversas filiações políticas<sup>1</sup>. O conceito de dependência geralmente foi utilizado para as análises das regiões periféricas, sobretudo a região latino-americana. Deste modo, se no início da década de 1950 a questão do desenvolvimento foi colocada como ponto central no debate mundial, a partir de meados dos anos de 1960 a discussão sobre dependência tomou corpo tornando-se um conceito em disputa, analisado por diversas matrizes teóricas e políticas (PRADO, 2010).

Marini (2011, p. 134-135) define dependência “como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”.

Nesse sentido a teoria da dependência tenta explicar as novas características do desenvolvimento dependente, sobretudo este que surgiu na América Latina nos anos de 1960. Desde os anos de 1930 esses países passam a orientar-se em direção da industrialização que era caracterizada pela substituição de produtos industriais importados dos países centrais por produtos nacionais. Com o fim do ciclo depressivo caracterizado pelas guerras mundiais e crise global, e com o estabelecimento da hegemonia dos Estados Unidos, o capital que havia se concentrado apenas no EUA expande para o resto do mundo buscando novos investimentos que se concentram no setor industrial. Esse novo ciclo de expansão da economia mundial exigia a expansão do fordismo como regime de produção e circulação, a tarefa do capital internacional possuía como base a economia norte-americana e o sistema de instituições do Bretton Woods (SANTOS, 2000).

O grande crescimento industrial entre 1955 e 1960 aumentou as contradições socioeconômicas no Brasil. A burguesia brasileira percebeu que para aprofundar a industrialização era necessário a reforma agrária e outras mudanças no sentido de aumentar o mercado interno e geração de capacidade intelectual, científica e técnica capazes de sustentar um projeto de desenvolvimento. Essas

---

<sup>1</sup> Ruy Mauro Marini (2011), Andre Gunder Frank, Theotônio dos Santos (2000), Vânia Bambirra (2013) e Agustin Cueva, pela vertente marxista. Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1970) e José Serra pela vertente weberiana, schumpeteriana.

mudanças geravam uma série de agitações políticas e ideológicas no país. O golpe de Estado em 1964 encerrou o avanço nacional-democrático brasileiro e colocou o país no caminho do desenvolvimento dependente amparado no capital internacional (SANTOS, 2000).

Marini (2012) chama atenção que as economias dependentes apresentam como uma de suas características a subordinação ao exterior, ou seja, levando à subordinação ao que vem de fora aos setores produtivos e técnicos.

A teoria do padrão de reprodução do capital parte da teoria marxista da dependência. Essa noção de padrão de reprodução do capital surge para analisar as formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos em territórios determinadas, seja no centro, na semiperiferia e na periferia, e também nas regiões no interior dessas (OSORIO, 2012).

De acordo com Osorio (2012. p. 41) “a categoria de padrão de reprodução do capital estabelece, assim, mediações entre os níveis mais gerais de análise (modo de produção capitalista e sistema mundial) e os níveis menos abstratos ou históricos-concretos[...]”. Assim, o padrão de reprodução do capital alimenta-se de contribuições conceituais e metodológicos que estão em níveis abstratos e relaciona-se com os níveis menos abstratos, por isso demanda aportes conceituais e metodológicos próprios.

Contudo é importante destacar que o padrão de reprodução do capital se dá de forma histórica, assim em cada momento da história ele se apresenta com especificidades. Conforme destaca Osorio (2012) a reprodução do capital irá assumir formas diferentes a depender do momento histórico pelo qual passa determinada sociedade, este vai se readequando conforme vão surgindo mudanças no sistema mundial e na divisão internacional do trabalho readequando a forma de acumulação do capital.

Deste modo, Osorio (2012. p. 41) chama atenção que:

Historicizar a reprodução do capital implica compreender as condições que tornam possível o ascenso e o auge de um padrão, assim como seu declínio e crise, ao mesmo tempo que se consideram os momentos de transição, nos quais um antigo padrão não termina de desaparecer ou constituir-se em padrão subordinado e outro novo não termina de amadurecer ou converter-se em padrão dominante.

O capital vai estabelecendo padrões de conduta em sua produção em determinados períodos históricos beneficiando certos setores para investimentos (setores eixos de acumulação) ou por utilizar tecnologias e meios de produção exclusivos.

Tendo como ponto de partida a teoria marxista da dependência e considerando a categoria padrão de reprodução do capital pretendemos estudar a economia goiana e verificar como se dá o processo de desenvolvimento desta região situada num país periférico, e principalmente estabelecer o papel do capital agrário na acumulação de capital dessa região.

A economia goiana apresentou durante sua história diversas formas de acumular capital. A partir dos anos de 1930 puxado pelas políticas do Estado Novo começa em Goiás uma série de programas que visavam o desenvolvimento do estado. A região norte foi incluída no contexto da “Amazônia Legal”<sup>2</sup> sendo objeto de planejamento federal específico a partir da década de 1960. Já o centro-sul foi incluído na agenda especial para terras do Centro-Oeste posteriormente transformada em Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) (ESTEVAM, 2004). No ano de 1965 foi criada a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) que absorveu parte da área de abrangência da SUDECO. Esses programas federais contribuíram para o aumento da produção agrícola e também concretizaram um padrão de colonização extremamente intensivo em capital, incorporando a região no novo modelo produtivo agrícola em desenvolvimento no Brasil que tinha por característica a utilização de alta tecnologia culminando na baixa criação de emprego rural permanente (ESTEVAM, 2004).

Outro programa importante que o norte do estado de Goiás esteve inserido foi o PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à

---

<sup>2</sup> “Em 1953, Através da Lei 1.806, de 06.01.1953, (criação da SPVEA), foram incorporados à Amazônia Brasileira, o Estado do Maranhão (oeste do meridiano 44º), o Estado de Goiás (norte do paralelo 13º de latitude sul atualmente Estado de Tocantins) e Mato Grosso (norte do paralelo 16º latitude Sul). Com esse dispositivo legal (Lei 1.806 de 06.01.1953) a Amazônia Brasileira passou a ser chamada de Amazônia Legal, fruto de um conceito político e não de um imperativo geográfico. Foi a necessidade do governo de planejar e promover o desenvolvimento da região. Em 1966, pela Lei 5.173 de 27.10.1966 (extinção da SPVEA e criação da SUDAM) o conceito de Amazônia Legal é reinventado para fins de planejamento. Assim pelo artigo 45 da Lei complementar nº 31, de 11.10.1977, a Amazônia Legal tem seus limites ainda mais estendidos.” (SUDAM, 2014. s.p.).

Agroindústria do Norte e Nordeste). Este programa objetivou o assentamento de pequenos produtores, porém a verba em sua maior parte acabou sendo destinada a médios e grandes proprietários (ESTEVAM, 2004).

De acordo com Estevam (2004) as despesas do setor público na região Centro-Oeste aumentaram a uma taxa de 22,2% ao ano, entre 1970 a 1985, neste mesmo período a média nacional foi de 12,9% ao ano, sem dúvida o Distrito Federal exerce grande peso nesse cenário. O autor destaca que neste período ocorreram fortes transformações na estrutura sócio produtiva do estado de Goiás, como:

A técnica de produção foi alterada pelos segmentos industriais a montante (indústrias vendedoras de máquinas e insumos) e a jusante (indústria transformadoras da matéria prima agropecuária) e a redução do tempo de trabalho necessário/período de produção modificou as relações socioeconômicas regionais eminentemente no centro-sul do estado. (ESTEVAM, 2004. p. 161).

A criação destes programas (e outros) mostra que a atuação do Estado foi de suma importância na criação de investimentos em infraestrutura econômica para a ocupação do planalto central do país. Além disso, demonstra a influência do capital agrícola na tomada de decisões para implantação de programas que facilitassem a reprodução do capital desses setores. Logo, Osorio (2012, p. 72) chama atenção que:

[...] da perspectiva do campo da política, que no nível do Estado os setores mais favorecidos contam com maiores cotas de poder e as fazem sentir na aplicação de políticas econômicas que melhor propiciem seu desenvolvimento ou sua reprodução particular.

Assim determinados padrões de reprodução vão demandar programas específicos e os setores do capital que fazem parte de eixos de determinado padrão de reprodução irão querer maiores cotas de poder para que a ação do Estado favoreça a reprodução deste padrão (OSORIO, 2012).

O estado de Goiás apresenta estrutura parecida com as estruturas de economias em desenvolvimento. Nota-se a importância da agropecuária devido o seu peso nas exportações e a concentração latifundiária caracterizando a existência de uma heterogeneidade espacial, com municípios pequenos e atividades precárias (MOREIRA, 2014)

Sob a perspectiva da noção de padrão de reprodução do capital é necessário verificar que tipo de desenvolvimento esses programas proporcionaram ao estado e se este padrão de reprodução permanece até os dias de hoje.

### Considerações Finais

A forma como o estado de Goiás se desenvolveu está diretamente relacionado a forma como se constituiu a estrutura agrária no estado. A análise da nossa pauta de exportação leva a supor que possuímos um padrão exportador de especialização produtiva em commodities agrícolas e minerais (conforme Tabela 1) o que torna importante a investigação do capital agrário no processo de acumulação.

**Tabela 1 - ESTADO DE GOIÁS: Exportação dos principais produtos – 2015 (US\$ FOB)**

| <b>Produtos</b>                                                                                                                                                                                 | <b>2015</b>          |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|
| <b>Exportação</b>                                                                                                                                                                               | <b>5.878.262.696</b> |
| Carnes e miudezas, comestíveis                                                                                                                                                                  | 1.343.346.751        |
| Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens                                                                         | 1.232.829.757        |
| Cereais                                                                                                                                                                                         | 646.909.775          |
| Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares; alimentos preparados para animais                                                                                                           | 512.578.579          |
| Ferro fundido, ferro e aço                                                                                                                                                                      | 449.265.455          |
| Minérios, escórias e cinzas                                                                                                                                                                     | 339.382.968          |
| Peles, exceto as peles com pelo, e couros                                                                                                                                                       | 325.103.843          |
| Açúcares e produtos de confeitaria                                                                                                                                                              | 280.055.397          |
| Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas e semelhantes, metais preciosos, metais folheados ou chapeados de metais preciosos (plaquê), e suas obras; bijuterias; moedas | 265.123.663          |

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2016.

Modificado pelos autores.

Existem outros aspectos que aqui não conseguimos analisar. Entre eles precisa-se traçar para qual mercado estará indo estes produtos, além das repercussões desse processo nos assalariados locais como a superexploração do

trabalho, ampliação da jornada de trabalho, aumento da intensidade do trabalho e o rebaixamento direto da remuneração da força de trabalho por níveis inferiores ao seu valor. Pois como aponta Osorio (2012a) o padrão de reprodução exportador causa uma série de problemas como perda de poder aquisitivo dos assalariados e precarização das condições de trabalho da população.

## Agradecimentos

Ao meu orientador Professor Dr. Glauber Lopes Xavier e a todos os professores do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) pela Universidade Estadual de Goiás (UEG).

## Referências

BAMBIRRA, V. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2013.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970

FERREIRA, C.; LUCE, M. S. Introdução. In: FERREIRA, C. OSORIO, J. LUCE, M (Org.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS/INSTITUTO MAURO BORGES. **Goiás em dados**. Junho de 2016. Disponível em: < <http://www.imb.go.gov.br/down/godados2015.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

MARINI, R. M. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, C. OSORIO, J. LUCE, M (Org.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P (Org.). **Rui Mauro Marini – vida e obra**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MOREIRA, M. J. **Ensaio sobre o subdesenvolvimento revestido: das condições de aceleração do desenvolvimento recente do Estado de Goiás**. Tese (Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: < [http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/pped/dissertacoes\\_e\\_teses/Marcelo\\_Jose\\_Moreira\\_.pdf](http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/pped/dissertacoes_e_teses/Marcelo_Jose_Moreira_.pdf)>. Acesso em: 01 jun. 2017.

## REALIZAÇÃO



V Congresso de Ensino,  
Pesquisa e Extensão da UEG



OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C. OSORIO, J. LUCE, M (Org.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

OSORIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva. In: FERREIRA, C. OSORIO, J. LUCE, M (Org.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012a.

ESTEVAM, L. **O tempo da transformação**: estrutura e dinâmica da formação de Goiás. 2. ed. Goiânia: Editora da UCG, 2004.

SUDAM. **Legislação**. 2014. Disponível em: <<http://www.sudam.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

PADRO, F. C. **História de um não-debate**: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. Comunicação e Política, v. 29 n. 2, p. 68-94, nov. 2010. Disponível em: <<http://www.rosa-blindada.info/b2mg/Histo769riadeumna771odebateRevistaComunicac807a771oPoli769tica.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2016

SANTOS, T. **Teoria da dependência**: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

REALIZAÇÃO

PRG  
Pró-Reitoria de  
Graduação

PRP  
Pró-Reitoria de  
Pesquisa e  
Pós-Graduação

PRE  
Pró-Reitoria de  
Extensão, Cultura e  
Assuntos Estudantis



Universidade  
Estadual de Goiás